



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Contrato nº 081/2025 Processo de Licitação PMSCC nº 033/2025 Concorrência Eletrônica PMSCC nº 002/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E A EMPRESA M.M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS LTDA.

Contrato de Prestação de Serviço que firmam, como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.569/0001-63, através da SECRETARIA EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada por sua Secretária a Sr.ª Cleciana Alves de Arruda, no uso do exercício das atribuições no inciso VI do art. 1º no Decreto Municipal nº 004, de 06 de janeiro de 2025, e como CONTRATADA, a Empresa M.M. DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº. 35.978.627/0001-04 pessoa jurídica de direito privado sediada na Rua: Antônia Cabral de Oliveira nº. 25 – Bairro Centro – São Joaquim do Monte/PE. CEP 55.670-000, com endereço eletrônico: mcmarcione@gmail.com doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo o Sr. Davi Wilson Lucena do O, tem entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com a licitação na modalidade Concorrência Eletrônica PMSCC nº 002/2025, mediante as cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores:

*Em caso de assinatura através de procurador, este deverá estar munido de instrumento <u>público de procuração</u>.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

A execução do presente Contrato, está plenamente vinculado a Concorrência e à proposta, rege-se pela Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

Assinato de forma digital gir to the Month of the Month o

104 <u>o</u> : Dados: **2**02**9**.06.17 15:58:5**9**-0**8**00'

SILVA OLIVEIRA e CLECIANA ALVES DE ARRUDA



§ 2º - Os serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com as normas da ABNT, CREA, Órgãos Ambientais e Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e demais dispositivos legais que alcance o objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

- § 1º O prazo para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro constante no projeto básico.
- § 2º O prazo de início da execução será de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de expedição da Ordem de Servico.
- § 3º O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado desde que observado o disposto no art. 6, inciso XVII da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- § 1º Como contraprestação à execução do serviço, objeto deste acordo, o Contratante pagará à Contratada, de forma parcelada os valores no total até R\$ 7.891.531.56 (sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta um reais e cinquenta e seis centavos), referente a prestação de serviço efetivamente executado nos termos e condições do Processo de Licitação,
- § 2 º Os recursos alocados para a realização do objeto do presente Contrato são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

Unidade gestora: 129008 - Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão orçamentário: 4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 4002 - FUNDEB

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1205 - ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE

Ação: 1.33 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU EXPANSÃO DA REDE ESCOLAR DE ENSINO.

Despesa 214 - 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

Unidade gestora: 129008 - Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão orçamentário: 4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Unidade orçamentária: 4001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1205 - ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE

Ação: 1.49 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES, INCLUINDO QUADRAS E LTD: \$ 9 \$ 627

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA EDUCAÇÃO. Despesa 380 - 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

Fonte de recurso: 569 - MSC - 1.569.0000 Outras Transferências de Recursos do FNDE

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Av. Padre Zuzinha, 244/248, Centro, Santa Cruz do Capibaribe - PE, CEP: 55192-000 81 3731-1479 - santacruzdocapibaribe.pe.gov.br - CNPJ: 10.091.569/0001-63

EDIFICIOS (

LTD:35 78 8 7000 Dados: 2025 06.17



- § 1º Sem prejuízo das obrigações estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à Contratada:
- I Assumir a responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente Contrato.
- II Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- III Manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro diretamente vinculado ao objeto deste Contrato.
- IV Assegurar constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, assumindo a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer até a entrega final, como fiel depositária dos mesmos.
- V Adquirir e manter, às suas expensas, livro(s) de ocorrências aprovado(s) e rubricado(s) pelo Fiscal de Obras.
- VI Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, observando o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.
- VII Confeccionar e instalar, às suas expensas, placa indicativa da obra conforme projeto executivo.
- VIII Abster-se de subcontratar no todo o objeto deste Contrato, permitindo apenas a subcontratação de parte desse objeto, desde que avaliada e autorizada previamente pelo Contratante.
- IX Manter-se em compatibilidade com as obrigações e condições de habilitação exigidas na ocasião da licitação, inclusive quanto aos parâmetros de segurança legalmente exigidos.
- X Observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT e demais especificações técnicas do projeto.
- XI Providenciar o visto do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), caso não seja registrada.
- XII Providenciar, por sua conta e responsabilidade, dentro do prazo estipulado, a matrícula da obra junto ao INSS, a Anotação da Responsabilidade Técnica (ART/CREA ou CAU) e a prestação de garantia.
- XIII Disponibilizar equipamentos, ferramentas e mão de obra adequados, garantindo a observância das normas de segurança, inclusive quanto ao uso de EPI's e EPC's.
- XIV Responsabilizar-se por quaisquer acidentes envolvendo seus empregados em serviço e por danos CON PRICAO Causados ao Contratante ou a terceiros.
- § 2º Constituem obrigações do Contratante:
- I Emitir a Ordem de Serviço visando o cumprimento dos prazos e condições estabelecidas.
- II Acompanhar, fiscalizar e gerenciar o objeto do Contrato, por meio de servidores indicados pelo Contratante

81 3731-1479 - santacruzdocapibaribe.pe.gov.br - CNPJ: 10.091.569/0001-63

Av. Padre Zuzinha, 244/248, Centro, Santa Cruz do Capibaribe - PE, CEP: 55192-000

104 ♀ ≒ Dados: 202 ₹06.17 15:58:28 0 200' V G





- III Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados para dirimir quaisquer dúvidas.
- IV Efetuar o pagamento dos serviços realizados e aceitos dentro do prazo estabelecido.
- V Retirar as parcelas de tributos incidentes sobre o valor dos documentos de cobrança pela Contratada.
- VI Responsabilizar-se pela obtenção das licenças ambientais, excetuando-se aquelas de responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- § 1º A Gestão do(s) Contrato(s) ficará sob a responsabilidade da Secretária de Educação, a Sra. Cleciana Alves de Arruda Portaria: 017/2025.
- § 2º A fiscalização da execução do(s) Contrato(s) ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Educação, através do Diretor de Departamento Escolar, o Sr. **André Lopes Feitosa Matrícula: 00708285.**
- § 3º Não obstante a empresa contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.
- § 4º Caberá ao fiscal do Contrato:
 - a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
 - b) Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes no edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
 - c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do Contrato;
 - d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
 - e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou SILVA o modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, OLIVEIRA que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
 - f) Recusar os serviços irregulares, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado LTD: \$98862 no Projeto Executivo, do edital da licitação, e neste Contrato, assim como observar, para o
 - g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;

Assinado es en como de como de



- h) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato. determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; e
- i) emitir medições.

- j) emitir medições.

 § 5º Caberá ao gestor do Contrato:

 a) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
 b) Emitir avaliação da qualidade dos serviços;
 c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
 d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do Contrato;
 e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do Contrato;
 f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
 g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
 h) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

 CLÁUSULA SÉTIMA DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

 § 1º A aceitação final dos serviços dependerá de prévia verificação, pela fiscalização do Contratante, de sua pelena conformidade com o estipulado neste e demais documentos que o complementam e integram.

 § 2º O recebimento dar-se-á de forma provisória, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante surves secrita da Contratada; e definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante surves secrita da Contratada; e definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante surves secrita da Contratada; a definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante surves secrita da Contratada; a definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante surves secrita da Contratada; a definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante surves secrita da Contratada; a definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante surves secrita da Contratada; a definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou de vistoria, que outilizado do descrita escrita da Contratada; e definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante silves termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, que OLIVERAS comprove a adequação do objeto a estes termos contratuais, prazo este não superior a 90 (noventa) dias.
- s comprove a adequação do objeto a estes termos contratuais, prazo este não superior a 90 (noventa) dias.

 O DEO (g)
 EDIFÉCIOS
 EDIFÉCIOS

 Contratado, para que este precede incentinante as correções aportados: Contratada, para que esta proceda, incontinente, as correções apontadas; Assinado de forma
- § 4° A aceitação final dos serviços não acarretará, de modo algum a exoneração da Contratada da OLIVEIRA ESTADA DA SILVA EST responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos. CONSTÊLIÇÃO DE

LTD:35 8 7000 Dados: 802 06.17



CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO DAS FATURAS

- § 1º O pagamento dos serviços efetivamente executados será feito de acordo com medições realizadas pelo Contratante, podendo haver variações nos quantitativos apresentados na planilha, para mais ou para menos, obedecendo sempre aos preços unitários apresentados na proposta da Contratada.
- § 2º O Município de Santa Cruz do Capibaribe efetuará o pagamento das mencionadas notas fiscais em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo da Tesouraria, localizada na Rua Augustinho Rufino de Melo, nº 22, Bairro Nova Santa Cruz Santa Cruz do Capibaribe/PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras, anexadas ao Boletim de Medição expedido pela fiscalização da Obra.
- § 3º O pagamento dos serviços executados será efetuado pelo Contratante à Contratada após apresentação do original e entrega de cópia dos seguintes documentos:
 - I Guia de Recolhimento da Previdência Social GRPS, correspondente às obrigações sociais do pessoal empregado na execução da obra objeto deste Contrato, relativa ao mês de competência anterior ao do pagamento, devidamente quitada;
 - II Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS; e,
 - III Folha de pagamento relativa ao pessoal empregado na execução da obra objeto deste Contrato, correspondente ao mês de competência anterior ao pagamento.
- § 4º Nos casos em que serviços excedentes ultrapassarem o preço final contratado, os mesmos serão objeto de termo aditivo, após parecer favorável da Fiscalização, devidamente homologado pela autoridade competente.
- § 5º Caso ocorram serviços extras, assim entendidos aqueles não orçados na planilha original, estes deverão ser objeto de termo aditivo. Os mesmos só serão pagos pelo Contratante quando previamente justificados pelo engenheiro fiscal de obras, e aceita a justificativa pela Secretaria gestora do contrato, a seu exclusivo critério.
- § 6º Uma vez autorizado o pagamento de serviços extras nas condições acima especificadas, o(s) preço(s) do(s) mesmo(s) deverá(ão) ser correspondente(s) ao(s) previsto(s) na tabela em vigor do Contratante para o respectivo mês de sua execução, acrescido do BDI da Contratada. Na ausência desses preços na Tabela do Contratante, este fará a composição dos mesmos, incidindo sobre eles o BDI médio da Contratada.
- § 7º As notas fiscais referentes aos serviços executados e aos reajustes, se houver, serão encaminhados à SILVA E E GOLIVAR E GOLIVAR E GOLIVAR E GOLIVAR E GOLIVAR E GOLIVAR E CONSTRUCCION DE GOLIVA
- § 8º Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do INCC forma digital por (Índice Nacional da Construção Civil), publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

7000£04

OLIVEIRA E CONSTELICÃO DE EDIFICIOS © LTD:3558857000



§ 9º - Ocorrendo o atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já executados, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora/Contratada o direito de optar pela extinção do contrato, nos termos do art.137, inciso IV, da Lei Federal n°14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- § 1º No prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- § 2º Na hipótese de possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o INCC ou outro que venha a lhe substituir.
- § 3º A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo único - As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

Parágrafo único - O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município de Santa Cruz do Capibaribe as prerrogativas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, as quais são reconhecidas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

Parágrafo único - Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- § 1° As sanções aplicáveis e os procedimentos a serem observados serão os previstos nos artigos 82 ao 91 do decreto municipal n° 099/2023 e nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, no que couber, respeitados a ampla defesa e contraditório.
- § 2º Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:
- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos 270 po 164 serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

DE EDNFICTOS

LTD:359765270



- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza:
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 XII. Praticar atos leicitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 XII. Praticar atos leicitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 XII. Praticar atos leicitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 XIII. Praticar atos leicitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 XIII. Praticar atos leicitos com vistas a frustrar os objetivos da licitar a contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

 § 5º Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei).

 § 7º Multa:

 1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.

 1IV. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.

 1V. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

 1V. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

 1V. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

 1V. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa

- descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. CONŞITÂUCA ódo o 14.133, de 2021.
- § 9º A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação 700 🗹 🗟 integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133/2021).
- § 10° Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, ouveign §7°, da Lei nº 14.133/2021).



- § 11º Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).
- § 12° Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei nº 14.133/2021).
- § 13º Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- § 14° A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 15° Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei nº 14.133/2021):
 - I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. As peculiaridades do caso concreto:
 - III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- § 16° Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).
- § 17º A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).
- § 18° O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, oliveira informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Construca Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).
- § 19° As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar Assinado de forma digital por são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE GARANTIA DA OBRA

- § 1º A garantia da obra será de 05 (cinco) anos, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.
- § 2º Para assinatura do instrumento contratual, a licitante vencedora deverá prestar garantia da execução do Contrato em importância equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

Parágrafo único – A publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, no local de costume, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo à conta do Município de Santa Cruz do Capibaribe a respectiva despesa.

CLÁSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- § 1º no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no Art. 63 da Lei 4.320/64.
- § 2º As obras objeto deste Contrato serão regidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, Especificações de Serviços e pelas demais especificações técnicas do projeto.
- § 3º Todas as obras executadas pela Contratada serão fiscalizadas pelo Contratante ou por prepostos do mesmo, obrigando-se a Contratada a assegurar livre acesso aos locais dos serviços e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente sua função.
- § 4º Os materiais e equipamentos a serem utilizados serão os previstos no Edital, estando a utilização de similares que atendam às especificações técnicas, condicionadas à aceitação prévia e por escrito da Fiscalização.
- § 5º Os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não excederão aos limites estabelecidos.
- § 6º A Contratada é obrigada, às suas expensas, a comprar e manter na obra livro(s) de ocorrências, aprovado(s) e rubricado(s) pelo Fiscal de Obras, onde serão anotadas quaisquer alterações ou ocorrências, não sendo tomadas em consideração pelo Município de Santa Cruz do Capibaribe reclamações ali não registradas.
- § 7° Todos os serviços previstos na planilha orçamentária deverão ser executados de modo a possibilitar-se ocurs de modo a possibilitar de modo a possibil
- § 8º Nos serviços em vias públicas, a Contratada será responsável pela continuidade e segurança do tráfego nos trechos em construção e nas variantes de serviços, devendo sinalizá-los convenientemente, por sua conta, de conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, assumindo o ônus de qualquer prejuízo causado ao Município ou a terceiros.

LTD:3597862700 0104 Q. ... Dado G. ... 2025.06.12





§ 9º - A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Município de Santa Cruz do Capibaribe ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de Santa Cruz do Capibaribe de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

§ 10 ° - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente Contrato.

E, por se encontrarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de idêntico teor e, para único efeito, na presença de testemunhas que também assinam.

Santa Cruz do Capibaribe-PE, 17 de junho de 2025.

Cleciana Alves de Arruda SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA Órgão Gerenciador

M M DA SILVA OLIVEIRA Assinado de forma digital por M M **CONSTRUCAO DE EDIFICIOS**

LTD:35978627000104

DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO **DE EDIFICIOS** LTD:35978627000104

Dados: 2025.06.17 15:56:09 -03'00'

M.M. DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS LTDA Davi Wilson Lucena do O Contratada



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 00C7-2090-877B-30A5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:56:09 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:56:30 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:56:53 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:57:08 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:57:22 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:57:42 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:58:00 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:58:12 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:58:28 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:58:44 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

M M DA SILVA OLIVEIRA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTD (CNPJ 35.978.627/0001-04) VIA PORTADOR MARIA MARCIONE DA SILVA OLIVEIRA (CPF 061.XXX.XXX-74) em 17/06/2025 15:58:57 GMT-03:00

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

CLECIANA ALVES DE ARRUDA (CPF 023.XXX.XXX-29) em 18/06/2025 12:21:42 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/00C7-2090-877B-30A5